



**ATA 1827ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta
2 minutos, realizou-se a milésima octingentésima vigésima sétima reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda
4 Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 23 conselheiras(os), sendo essas(es)
5 efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu
6 Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Guilherme Luz Fenerich,
7 Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes,
8 Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Moacyr
9 Miniussi Bertolino Neto, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario
10 Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Lívia Gonsalves Toledo,
11 Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane
12 Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui,
13 conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I)**
14 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as justificativas de ausência
15 das(os) demais conselheiras(os): Graça Maria de Carvalho Camara, Ilana Mountian,
16 Luiz Eduardo Valiengo Berni, Alacir Villa Valle Cruces e Jonathas José Salathiel da
17 Silva, Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado
18 na ata da milésima setingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de
19 onze de abril de dois mil e catorze e Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está
20 afastada temporariamente conforme registrado no ata da milésima octingentésima de
21 trinta de outubro de dois mil e catorze. **II) CAMPANHA 25 ANOS DO ECA** - O
22 conselheiro Gustavo de Lima Bernardes Sales, coordenador do Núcleo de Criança e
23 Adolescente, informa sobre a realização da Oficina de Planejamento da Campanha de
24 25 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, realizada no último dia 24 de
25 fevereiro, nas dependências do Hotel Heritage Residence, em São Paulo, SP.
26 Aproximadamente 29 (vinte e nove) pessoas estiveram presentes, dentre estas,
27 destacam-se representantes das seguintes entidades: CREAS - Centro de Referência
28 Especializado de Assistência Social de Diadema, CREAS - Centro de Referência
29 Especializado de Assistência Social Dom Décio Pereira; GEVID - Grupo de Atuação
30 Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo;
31 Defensoria Pública (Campinas); Assessoria Técnica Psicossocial - Defensoria Pública
32 do Estado de São Paulo; CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de
33 Cruzália; Coordenadoria da Infância e da Juventude Tribunal de Justiça do Estado de
34 São Paulo; Associação de Educadores do Estado de São Paulo e Fórum Estadual dos
35 Direitos da Criança e do Adolescente. Os temas abordados durante o evento foram: -



36 violência; - medidas socioeducativas, com as pessoas ligadas a movimentos sociais; -
37 estatuto da criança e adolescente na formação, por parte de estudantes de Psicologia e
38 Pedagogia presentes; - coletivo Eureka, com as pessoas presentes que participam do
39 coletivo e contaram sobre a experiência. O Crepop, presente, contribuiu muito com a
40 discussão. Sobre as ações transversais: - questões de gênero, população negra e
41 indígena, os temas não apareceram durante a discussão. Houve dificuldade em
42 direcionar a conversa para a definição de encaminhamentos. Há muitas ações previstas
43 com o tema de crianças e adolescente no Planejamento Estratégico desta gestão e que
44 também estão contempladas nas ações das Subsedes, incluindo os temas transversais
45 e conferências. O NCA tem discutido pautas que extrapolam a Campanha e a ideia é
46 deslocar a campanha do núcleo. Dos encaminhamentos propostos pela oficina:
47 realização de nova agenda com pessoas que justificaram ausência, em um sábado,
48 para facilitar o acesso daqueles que possuem dificuldade em comparecer em dia de
49 semana. O Núcleo de Criança e Adolescente irá traduzir as ações em eixos e fazer a
50 sistematização das propostas. Submete-se à discussão do plenário o que se quer
51 alcançar com esta campanha campanha, quais são seus objetivos. Foi proposta a
52 constituição de um Grupo de Trabalho para elaborar os eixos de atuação da
53 Campanha. Manifestações do Plenário: 1) Adriana Eiko retoma a discussão acerca das
54 estratégias para a campanha. Ações balizadas a partir de eixo norteador, envolvendo
55 diálogos com os movimentos e outras entidades. É preciso coletivizar quais objetivos e
56 eixos são esses colocados. Por exemplo, o que significa isso com relação à defesa dos
57 direitos da criança e do adolescente, tendo a prerrogativa fundante das questões
58 étnico-raciais; com relação ao direito dos adolescentes para o cumprimento das
59 medidas socioeducativas na defesa da não redução da maioridade penal. Além disso,
60 as ações relacionadas ao Núcleo de Criança e Adolescente, tal como: Fundação Casa -
61 demanda do Ministério Público de São Paulo para fiscalização, abarcando a proposta de
62 articulação com o Conselho Regional de Serviço Social para discutir o assunto. A última
63 reunião com esse conselho ocorreu ontem, dia 27/02, ocasião em que se sugeriu
64 inspeção conjunta nas unidades da Fundação Casa no Estado de São Paulo, com
65 produção de orientações e relatório. **2)** Regiane Aparecida Piva suscita que o foco era
66 realizar a campanha e não fiscalização. Por outro lado, por mais que se foque nas
67 orientações durante as fiscalizações, este plenário tem noção do que pode encontrar na
68 Fundação Casa, em algumas cidades. Recorda que o Núcleo de Criança e Adolescente
69 ficou responsável por elaborar proposta a respeito do modo como outros Núcleos iriam
70 participar da campanha. Assinala, também, que são boas as ações que o CRP SP vem
71 fazendo, por exemplo, conversas com a Defensoria Pública para promover oficinas de
72 documentos escritos. Questiona que o CRP SP denuncia ou faz ações preventivas de
73 orientação à categoria, como isto pode ser feito em conjunto com o Conselho Regional



74 de Serviço Social? Concomitante, o CRP SP tem feito reunião com o Núcleo de Justiça
75 do Tribunal de Justiça e nota-se certo pavor por parte dos técnicos, pois sabem que um
76 dia podem ser processados. Questiona como o CRP SP pode pensar junto ações
77 preventivas. Por isto, manifesta preocupação de como articular essas ações com todas
78 estas demandas que chegam. Lembra que quando chegou a demanda do Ministério
79 Público de São Paulo, um dos itens se relacionava com a capacitação da equipe. Ao
80 mesmo tempo em que se veem condições técnicas de atendimento, quais são as
81 condições que a instituição oferta aos psicólogos e assistentes sociais para poderem
82 executar bem seu trabalho. Destacou que nos últimos sete anos foram realizadas várias
83 oficinas e rodas de conversas do tema Psicologia e Interface com a Justiça, em que o
84 CRP SP recebeu várias pessoas, de unidades da Fundação Casa no Estado de São
85 Paulo com demandas as quais possuem um bom projeto, porém quando é enviado ao
86 Poder Judiciário, o projeto é negado. São dados que devem ser considerados, para que
87 as ações não se sobreponham. **3)** A respeito da proposta do Conselho Regional de
88 Serviço Social, esclareceu-se que a sequência de conversas com esse conselho foi
89 motivada por conta da demanda da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude
90 da Capital, no nome do Dr. Santiago Miguel Nakano Perez, com vistas à apresentação
91 do histórico de intervenções junto à Fundação Casa e a discussão sobre a concepção
92 do referido trabalho, refletindo conjuntamente as possibilidades de novas intervenções
93 e continuidade das ações, considerando os fatos narrados no Inquérito Civil nº
94 14.0522.0000276/2014-7. A reunião feita entre o CRP SP e o Ministério Público foi no
95 sentido de problematizar esta determinação, entendendo o papel do CRP SP e o que
96 cabe à figura do MPSP, deixando acordado que seria proposta uma metodologia para
97 responder a esta determinação, em conjunto com o CRESS. Do ponto de vista do
98 MPSP, assinalou-se que a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital,
99 na pessoa do Dr. Santiago Miguel Nakano Perez, tem o intuito de instruir Ação Civil
100 Pública relativa à assistência psicológica e social prestada nessas Unidades. De acordo
101 com esse promotor, existe a possibilidade da ação se desdobrar em um Termo de
102 Ajustamento de Conduta para a Fundação Casa. Assim sendo, os motivos postos
103 coadunam com os do CRP SP, no sentido de dar visibilidade às violências e violação
104 de direitos na Fundação Casa. O eixo principal era análise/parecer a respeito das
105 condições técnicas de atendimento. Na última reunião, dia 27/02, com o CRESS,
106 chegou-se ao consenso de acolher um convite que já vinha sendo feito, em ocasiões
107 anteriores, para compor GT junto com o CRESS para realizar um projeto de fiscalização
108 em algumas unidades da Fundação Casa, por amostragem. Desse projeto com o
109 CRESS o que couber para ser respondido para o MPSP, será feito. **4)** Maria Ermínia
110 Ciliberti faz as seguintes propostas para a Campanha: - criar um grupo de apoio com
111 psicólogos que têm experiência, por exemplo: Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria



112 Cristina Vicentin, Lúcia Fonseca de Toledo, dentre outros; - contratar uma agência para
113 ajudar a criar o mote da campanha. Para o planejamento sugere: - conferir se o tema
114 “criança e adolescente” está de “forma transversal” às várias comissões e núcleos. Por
115 exemplo, o Crepop vai realizar debate sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos de
116 Adolescentes. Para a Subsele Metropolitana propõe: - articulação com os coletivos da
117 capital unindo esforços da Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Políticas
118 Públicas. Concernente ao Centro de Documentação do CRP - Cedoc propõe: - que o
119 aacione para realizar o levantamento e organização de todo material já produzido na
120 área, com vistas à produção de uma exposição. Prazo até junho de 2015. Indica
121 articulação com o Padre Jaime Crowe para participação na Caminhada pela vida e pela
122 paz de 02 de novembro. Visando contemplar e marcar posição sobre as
123 mortes/assassinatos de crianças e adolescente, suscita a promoção de uma
124 intervenção pública, por exemplo, com cruces em um parque com o nome das crianças
125 mortas. Foi agendada uma reunião com responsáveis pela Campanha “Eu Sou Cidadão
126 Paulistano” para ver a possibilidade da criação/utilização de motes da infância, por
127 exemplo: “Sou cidadão paulistano, não bato em criança!”. No Conselho da Cidade há
128 um GT Sou Cidadão Paulistano e toda entidade pode propor mote. Expõe para
129 avaliação: Sou Cidadão Paulistano que respeita o ECA, para avançar neste debate. **5)**
130 Elisa Zaneratto Rosa resgata questão sobre as referências para a atuação do
131 psicólogo. Como o CRP SP poderia fazer investimento na campanha Psicologia Todo
132 Dia em Todo Lugar, para obter práticas de psicólogos em relação à questão dos direitos
133 da criança e do adolescente, em diferentes políticas. Lembra que o próximo TV
134 Diversidade, que irá ao ar entre junho-julho, será sobre os 25 Anos do ECA. Concorda
135 com a proposta de chamar um grupo expandido, convidando para co-coordenar esta
136 Campanha com o CRP SP algumas lideranças que militaram na própria construção do
137 ECA e que trabalharam em campanhas anteriores para a defesa dos direitos da criança
138 e adolescente. Pessoas que tenham interesse, conhecimento e história que auxiliem
139 este plenário nesta construção. Proposta de ter um grupo pequeno para coordenar e ter
140 como projeto prioritário neste momento a campanha. Faz-se necessário levar as
141 diretrizes políticas do CRP SP. **6)** Joari Aparecido Soares de Carvalho lembra que há
142 projetos de lei polêmicos voltados a: propostas de redução da maioridade penal;
143 aumento de internação; polêmica em torno da lei “Menino Bernardo” que trata dos maus
144 tratos e traz debate apoiado em ideias de opinião popular. Nesse sentido, sugere
145 articulações com os grupos que estão tratando desses assuntos para apresentar o
146 mote da Campanha sobre os 25 Anos do ECA. Há também o grupo contra a redução da
147 maioridade penal que o CRP SP foi convidado e participou algumas vezes. Não se
148 observou muitas ações externas de movimentos, por exemplo: como o Movimento Sem
149 Terra trabalha com a garantia dos direitos da criança e adolescente; o genocídio da



150 população negra que incide mais sobre os adolescentes e jovens negros da periferia.
151 Conclui lembrando da Conferência dos Direitos da Criança e Adolescente e como esses
152 direitos, de maneira transversal, podem estar presentes nas outras ocasiões de controle
153 social que pautam: pessoas com deficiência, saúde, assistência social, políticas
154 indígenas, política de juventude, todas programadas para 2015. **7)** Bruno Simões
155 Gonçalves faz referência à proposta de Jonathas Salathiel para esta discussão do ECA.
156 Pede ao plenário que dê visibilidade ao genocídio que alguns vêm discutindo. Vê que a
157 origem do ECA é para dar proteção e direitos para as crianças e adolescentes da
158 sociedade brasileira. Quando se discute sobre palmada, violência doméstica contra
159 criança e adolescente e outras nesta temática, não se fala das crianças e adolescentes
160 que estão sendo executados nas periferias das cidades. Há também as crianças
161 encarceradas e criminalizadas, a tentativa de aprovação da menoridade penal, enfim,
162 são crianças pobres e de maioria negras o que está pautado na proposta que
163 apresenta. As comemorações do ECA ficam sem sentido com tantas mortes,
164 execuções e torturas que continuam acontecendo no país. É preciso debruçar-se sobre
165 isso. **8)** Gabriela Gramkow reforça a proposta para construção de rede ampliada com
166 dirigentes, conforme feito anteriormente. Com relação ao genocídio, é necessário
167 pensar nas ações e atos que marcam essas questões, mas também, nos avanços que
168 foram alcançados e construídos. Deve-se pensar no marco de enfrentamento, como ato
169 público, mas, sobretudo, comemorar os avanços que foram alcançados no sistema
170 socioeducativo. A campanha não pode perder esta perspectiva. Retoma as
171 deliberações da plenária de dezembro de 2014 sobre a Campanha, posto que várias
172 proposições do plenário constam registradas. **9)** Marília Capponi propõe resgate sobre
173 o que é a infância para as discussões da Campanha. **10)** Aristeu da Silva Bertelli,
174 pensando em atividades públicas que o CRP SP pode participar, propõe envolver
175 outras redes, participar da caminhada do Padre Jaime Crowe: Caminhada pela vida e
176 pela paz! que ocorre na região da zona sul de São Paulo (Campo Limpo, Capão
177 Redondo até o Cemitério do Jardim São Luiz). Historicamente há um arco de muitos
178 jovens enterrados, que teve início por conta da negação do Pe. Jaime em fazer mais
179 um missa de corpo presente e começar a fazer atividades que, de fato, pudessem
180 promover outra forma de cultura. O ato foi provocado em razão de um assassinato de
181 jovem negro da periferia. Se a plenária avalia ser interessante e conveniente participar
182 desta caminhada, então deve começar a participar de atividades do “Fórum em Defesa
183 da Vida”, cujas plenárias ocorrem ordinariamente às primeiras sextas-feiras de cada
184 mês, pela manhã, ampliando esta participação do CRP SP com grupo da Zona Leste,
185 Eureka, que fala do estatuto da criança e do adolescente. Cita outros autores, para
186 além do campo da Psicologia, que podem ajudar a colaborar com a campanha, quais
187 sejam: Clinton Guimarães dos Santos – procurador da Justiça e da Cidadania do



188 MPSP; Grupo de Trabalho Comunitário da PUC (Stela Graciane). **Encaminhamentos:**
189 **1)** Tendo em vista o debate, os conselheiros presentes decidiram por: a) Método
190 indicado da plenária: constituir um GT para cuidar da Campanha com: Maria de
191 Lourdes Trassi Teixeira, Maria Cristina Vicentin, Lúcia Fonseca de Toledo, Clinton
192 Guimarães dos Santos – procurador da Justiça e da Cidadania do MPSP; pessoal do
193 Grupo de Trabalho Comunitário da PUC (Stela Graciane). b) Formação de grupo de
194 conselheiros referência que convidarão estas pessoas e dialogarão com elas para
195 definir o mote da campanha: Gabriela Gramkow, Marília Capponi, Aristeu Bertelli, Joari
196 Carvalho e Maria Ermínia Ciliberti. Prazo: até a próxima plenária, março de 2015. c)
197 Mantida a proposta de oficina sobre os 25 Anos do ECA de sábado, para construir com
198 um coletivo maior. d) Trabalhar a temática de forma transversal, incluindo ações de
199 comunicação, políticas públicas, Projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar e outros
200 núcleos. A campanha deve dialogar com os eixos: apontando denúncias necessárias de
201 violação de direitos (com especial destaque para o genocídio de crianças e
202 adolescentes, a partir do recorte racial) e afirmando a promoção de direitos. e)
203 Contemplar a realização de ato com caráter de denúncia, construído pelo CRP SP ou
204 com o estabelecimento de parcerias. f) Garantir a participação do CRP no Fórum de
205 Defesa da Vida e junto ao movimento Eureka. g) Garantir articulação com o CRESS,
206 que envolve denúncias na Fundação Casa; h) Afirmar conquistas, dando visibilidade
207 para o que avançamos nestes 25 anos do ECA. i) Considerar que 2015 é ano de
208 Conferência e a Campanha precisa dialogar com esta conferência, que se traduz na
209 proposição das políticas públicas para garantia dos direitos da criança e adolescente e
210 sistema de garantia integral. j) Acompanhar os PLs, tramitando e em debate, que
211 acenam em retrocesso para as conquistas com o ECA. Por isso, a importância de o
212 CRP SP se articular com grupos, coletivos, que têm acompanhado a questão e
213 realizado enfrentamentos. k) Articular com o Conselho da Cidade, em torno da
214 Cidadania, como pensamos a questão da garantia dos direitos da criança e do
215 adolescente, e da importância de o CRP SP pensar em como isto traduziu na produção
216 de referências para a atuação dos psicólogos nas políticas públicas, em vários espaços
217 de atuação. l) elaborar ações visando contribuir com a qualificação do processo da
218 eleição nacional de Conselheiros Tutelares. **2)** Foram também referendados os
219 encaminhamentos da plenária anterior, quais sejam: Diretrizes para a Campanha
220 (registro da ata 1813, de 06/12/14): 1) Formato de Ano Temático – tema transversal
221 para os Núcleos e Comissões; 2) A Campanha é a grande ação do Núcleo de Criança e
222 Adolescente; 3) Trabalhar toda a amplitude do ECA, no sentido de afirmar a garantia de
223 direitos – mote geral; 4) Retomar as metas do PE; 5) Trabalhar em rede, com os
224 diversos atores do campo da infância, para realizar a campanha em parceria com esses
225 atores; 6) reconhecer a interface do tema com os diversos núcleos e comissões do



226 CRP, núcleos trabalhando em conjunto. Sugestão de que seja feita uma oficina interna
227 para trabalhar as ações e temas. Também realizar junto com os projetos que temos
228 (Videoclube e Psicologia Todo Dia em Todo Lugar); 7) Marco no sentido de discutir
229 referencias para a atuação profissional do exercício da Psicologia; 8) Campanha para
230 dialogar com as proposições de políticas públicas – diálogo com gestores, relação com
231 Conselhos Tutelares, sobretudo considerando a eleição de conselheiros tutelares; 9)
232 Mobilização para a campanha: necessidade de se falar com toda a sociedade, buscar
233 recursos lúdicos, intervenção na mídia. Sobre a questão se será por recurso interno ou
234 contratação de agência, Elisa Zaneratto Rosa pede que a discussão seja realizada
235 posteriormente, pois a Diretoria e a Gerência têm realizado reuniões com empresas que
236 prestam esse tipo de serviço, que então não seriam somente para essa campanha, mas
237 para diversos trabalhos do CRP SP; 10) Temas-chave: a) redução da maioria penal;
238 b) questão racial; c) medicalização. Todas essas chaves mostrando o Estado com
239 exterminador dos direitos da criança; 11) considerando a importância da ação, pede-se
240 atenção ao valor orçado para a macro-ação respectiva, que precisará de incremento, se
241 necessário, de modo a possibilitar as ações que serão realizadas. **III) CREPOP – 3.1)**
242 **Comissão Ad Hoc do Crepop Nacional** - Como já abordado na plenária 1821 de 31
243 de janeiro de 2015, o CRP recebeu pedido do Conselho Federal de Psicologia para que
244 envie indicações para compor as Comissões *Ad Hoc*, todavia, este Plenário, antes de
245 sugerir os nomes, precisa deliberar se fará indicações, pois o entendimento de Maria
246 Ermínia Ciliberti é que tais indicações sejam para auxiliar o CFP na criação de
247 Comissão de Especialistas, igualmente como fizeram com a pesquisa relativa às
248 emergências e desastres e a de assistência social. Considerações dos presentes: Elisa
249 Zaneratto Rosa avalia que se o CRPSP indicar um nome para compor a Comissão Ad
250 Hoc é porque este coletivo deseja que esta pessoa trabalhe num projeto do Sistema
251 Conselhos. Essas indicações devem ser por meio de critérios: a pessoa não precisa ser
252 parceiro desta gestão, mas deve ter o reconhecimento de ser referência nacional,
253 mesmo que seja de outro estado. O importante é que este seja indicado por ter
254 acúmulo no tema e que seja garantido seu trabalho dentro da metodologia do Crepop
255 acordada pelo Sistema Conselhos e não para fazer parte de comissão do CFP. Caso o
256 CFP inicie seus trabalhos por Comissão de Especialistas, isso deve ser avaliado na
257 APAF com os demais regionais. Observou que dentre os já indicados anteriormente
258 pelo plenário, há nomes de pessoas que já compõem coletivos do CFP. Para a mesa
259 diretora não há objeção quanto a isso desde que o critério estabelecido por este
260 plenário seja respeitado. Quem for indicado não precisa ser consultado, uma vez que é
261 a Plenária do CFP que deliberará a constituição final do grupo. Para a pesquisa de
262 Comunidades Indígenas, Tradicionais e Quilombolas, observou-se que os nomes
263 indicados pelo plenário são todos da área indígena. **Encaminhamento:** Foram



264 analisadas as indicações pelos presentes e determinou-se que sejam remetidas ao
265 Conselho Federal de Psicologia as seguintes, deixando claro que suas indicações são
266 para a Comissão Ad Hoc: Política Nacional do Idoso: Ruth Gelehrter da Costa Lopes e
267 Divina de Fátima dos Santos; Políticas de Diversidade Sexual: William Siqueira Peres,
268 Fernando Silva Teixeira Filho, Anna Paula Uziel, População de Rua: Rita de Cássia
269 Oliveira Assunção ou, caso não se disponibilize para a indicação, substituir o nome dela
270 por Igor da Costa Borysow e Rosário de Maria da Costa Ferreira; População Indígena,
271 Quilombola e Tradicionais: Lumena Celi Teixeira, Eliane Silva Costa; Psicologia em
272 Políticas de Esporte: Kátia Rubio, Eduardo Neves Pedrosa Cillo, Sâmia Hallage
273 Figueiredo e Roberta Freitas Lemos. Segurança Pública: Cristina Mair Barros Rauter e
274 Pedro Paulo Gastalho Bicalho. **IV) COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - Na
275 reunião da Comissão de Orientação e Fiscalização realizada dia 26 de fevereiro de
276 2015, a conselheira Maria Ermínia Ciliberti participou, a convite do presidente da COF,
277 Luiz Eduardo Valiengo Berni. Ela levantou o histórico da Comissão de Políticas
278 Públicas para a equipe técnica dessa comissão. Desde o começo tinha claro que havia
279 a necessidade de incidir muito na temática Direitos Humanos, lutando para mudar o
280 perfil de uma Psicologia associada somente à área de recursos humanos e consultório.
281 Esta gestão deve ter clareza sobre a seguinte leitura: assim como os Direitos Humanos
282 têm que estar na estrutura do Sistema Conselhos, a política pública também. A ideia
283 era que isso se constituísse no Sistema. Diante desse objetivo, o funcionamento da
284 Comissão de Políticas Públicas tem que ser algo que articule com as Comissões e
285 Núcleos, construindo alinhamento, a partir das demandas que forem surgindo. O
286 desenho não era ter um membro de cada núcleo, mas na plenária 1821^a, de 31 de
287 janeiro, voltou essa proposta. Hoje estava marcada a reunião ampliada e a Comissão
288 de Políticas Públicas só recebeu uma única indicação. Não tem sentido marcar reunião
289 se não houver implicação de pessoas. Já houve proposta de criar núcleo da Comissão
290 de Políticas Públicas nas subsedes, mas também não deu certo. O plenário deve ter
291 tranquilidade para falar das diferenças e se a questão é a Coordenação da Comissão
292 de Políticas Públicas, Maria Ermínia Ciliberti se dispõe a sair. Recorda que essa
293 comissão cuidaria dos grandes temas como participação social, modelo de gestão e
294 teria o papel de fazer o olhar macro para o estado, mas se o grupo não a reconhece
295 quando ela apresenta visões de política pública no estado, solicita uma avaliação dos
296 presentes para saber o quanto ela ajuda no avanço dessa gestão. Manifestações do
297 plenário: A mesa diretora lembra que quando foi decidido pelo plenário instituir a
298 Comissão de Políticas Públicas, sua função era pensar as questões estruturais da
299 política pública, como a reforma política, por exemplo, além de estabelecer diálogo com
300 os coletivos que estão envolvidos nas conferências estaduais. Para garantir um
301 trabalho eficiente dessa Comissão é fundamental considerar o cenário nacional atual. A



302 proposta é da plataforma desta gestão, resultado do projeto do compromisso social da
303 Psicologia. Quanto à composição da Comissão de Políticas Públicas, não é necessário
304 ter um representante de cada núcleo. Já havia sido debatido pelo plenário em janeiro o
305 formato de trabalho para construir a comissão, que é com uma grande diversidade,
306 independente de partido político, mas se estão sendo retomadas estas questões, é
307 porque tais embates evidenciam algumas dificuldades do plenário em trabalhar junto.
308 Com relação à coordenação, a conselheira Maria Ermínia Ciliberti tem acúmulo na área
309 de política pública e na coordenação da CPP certamente vai avançar no projeto de
310 política pública que esta gestão almeja. Joari Aparecido Soares de Carvalho manifestou
311 que as ações da CPP não avançam pela composição da comissão e não pela
312 coordenação. Sugere unificar uma plataforma sintetizando calendário de ações e
313 compartilhar com todos, além da construção do produto dos Seminários de Políticas
314 Públicas. **Encaminhamentos:** a) Ter pauta permanente de política pública na plenária
315 para auxiliar a gestão nas representações. A Comissão de Políticas Públicas trará uma
316 demanda diferente por mês para ir construindo esse acúmulo com o plenário. b)
317 Inclusão da conselheira Marília Capponi como membro da Comissão de Políticas
318 Públicas, a partir desta plenária. A psicóloga Lilihan Martins da Silva – CRP 06/50050,
319 da região do Vale do Paraíba, será consultada sobre o interesse de compor essa
320 comissão. c) Passa a ser da Comissão Consultiva da CPP a psicóloga Maria da Graça
321 Marchina Gonçalves – CRP 06/3983, além de outras indicações a serem consultadas
322 pela CPP. d) Pautar na próxima plenária – Andamento dos trabalhos da CPP com
323 relação às conferências. **V) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** – Foram lançadas as
324 ações no sistema desenvolvido para o Planejamento Estratégico de 2015, cujo arquivo
325 das ações estaduais foi projetado para apreciação do plenário. No documento exibido
326 não constam as ações gerais em cada macroação. Notou-se, ainda, que estão faltando
327 algumas ações da Subsede de Sorocaba, de acordo com os painéis afixados no
328 auditório. A indicação é de que o responsável pela macroação olhe todas as ações
329 inseridas nas respectivas macroações. Os conselheiros presentes apreciaram até o
330 Eixo 2 – macro ação 1. É preciso pensar nas macroações que dialoguem com as metas
331 preestabelecidas durante a oficina de Planejamento Estratégico realizada em novembro
332 de 2014. **Encaminhamento:** Será enviado ao plenário, rapidamente, o arquivo do
333 Planejamento Estratégico contendo eixos, macroação, ações e responsáveis,
334 identificando cada região. Como não foi possível concluir a apreciação de todas as
335 ações nesta sessão ordinária, o planejamento será pauta da reunião de Diretoria na
336 quarta-feira, dia 04/03/15. Assim sendo, cada responsável/região deverá, após análise
337 das ações, enviar destaques (se houver) até às 10h da quarta-feira, 04/03, para
338 sistematização da Diretoria e oportuna devolutiva ao plenário. A reunião da diretoria
339 será ampliada, portanto, todas(os) estão convidada(o)s. Moacyr Miniussi Bertolino Neto



340 já sinalizou a possibilidade de participação. **VI) PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Gabriela
341 Gramkow, conselheira tesoureira, passa a palavra aos membros da Comissão de
342 Auditoria e Controle Interno, Maria das Graças Mazarin de Araujo e José Agnaldo
343 Gomes, para que procedam a apresentação da análise das contas do CRP SP. Os
344 membros discorrem sobre a Portaria CRP nº 31/2001 que define acerca da função
345 precípua dessa Comissão, qual seja: de apreciar as contas da entidade, elaborando
346 parecer que deverá ser submetido ao Plenário, que se pronunciará pela sua aprovação
347 ou não. Ambos levantaram gastos com férias, horas extras, contratos de licitação,
348 dentre outros documentos. Realizaram ainda, uma apreciação minuciosa dos relatórios
349 de despesas e observaram que as saídas e entradas de dinheiro estavam em
350 consonância com balanço contábil, com fluxo de caixa e com os extratos bancários.
351 Analisando as contas, verificou-se que havia um relatório que não estava claro e a
352 comissão solicitou que este fosse refeito para adequar a forma. Na sequência foi
353 procedida a leitura do Parecer desta Comissão, a saber: Paragrafo 1º - A Comissão de
354 Auditoria e Controle Interno do Conselho Regional de Psicologia 6ª Região, constituída
355 pela Portaria nº 31 de 21/01/2001, apreciou o conjunto de documentos contábeis e
356 financeiros que integram a Prestação de Contas do exercício findo em 31 de dezembro
357 de 2.014, conforme definido pela Norma nº 12 do Manual de Procedimentos do
358 Conselho Federal de Psicologia. Paragrafo 2º - Nossa apreciação limitou-se em
359 verificar que a Prestação de Contas atendeu ao que rege o inciso IV da Norma nº 12 do
360 citado Manual e em validar, através do exame de conciliações bancárias e extratos
361 bancários, a exatidão do saldo financeiro, registrado na peça contábil denominada
362 Balanço Financeiro, no valor de R\$ 13.931.145,21. Paragrafo 3º - Em nossa opinião o
363 conjunto de documentos que integram a Prestação de Contas, para o período findo em
364 31 de dezembro de 2014, está em conformidade com o exigido pela Norma nº 12 do
365 Manual de Procedimentos do Conselho Federal de Psicologia. A comissão destaca que
366 trabalhou com a ajuda da gerência geral para a apresentação dos documentos, o que
367 foi importante para manter a seriedade da administração do CRP SP. Considerações do
368 Plenário: Joari Carvalho pontua que não há nada especificamente com relação ao
369 parecer apresentado pela Comissão. Contudo, sugere compartilhar com o plenário o
370 conteúdo do Parecer Jurídico PH 11/14 sobre a consulta formulada pela plenária acerca
371 da Comissão de Auditoria e Controle Interno do CRP SP, pois provavelmente o assunto
372 será discutido, oportunamente, em plenária e poderá ser ponto de pauta na APAF. O
373 documento, pronto há algum tempo, pode sanar algumas dúvidas do que se pode fazer
374 para dar sentido ao trabalho da Comissão e não ser, apenas, uma tarefa burocrática.
375 Maria Ermínia Ciliberti indica que se una o assunto com o Projeto de Mecanismos de
376 Transparência, quando da pauta do ponto em plenária. Gabriela Gramkow concorda
377 com Joari Carvalho que a questão é bastante importante e precisa ser encaminhada,



378 que de fato a ação da Comissão fica burocrática, um verificador de que constam todos
379 os documentos presentes com algumas indagações, porém a ação é executada por
380 conta do disposto em Portaria de 2001. Propõe que o CRP SP possa se preparar para
381 levar a questão à APAF de maio de 2015, problematizando e indicando a construção de
382 um método para efetivar a mudança e, que de fato, saliente a preocupação com a
383 transparência pública desse material. O CFP tem se posicionado no sentido de que não
384 cabe à instância nacional fazer a apreciação das contas dos CRs e somente enviá-las
385 ao Tribunal de Contas da União. Ao preparar este ponto para a APAF, faz-se
386 importante verificar quais outros subsídios são necessários para qualificar a discussão
387 nacionalmente. Ao final, informou-se que o GT Assuntos Financeiros: Gabriela
388 Gramkow, Dario Teófilo e Mirnamar Pagliuso fará reunião no dia 13/03/15 para discutir
389 outros pontos, que não só a ajuda de custo, estendendo-se o convite aos demais
390 membros do plenário. **Encaminhamento:** O plenário aprovou a prestação de contas do
391 CRP SP, conforme relatório apresentado pela Comissão de Auditoria e Controle
392 Interno. Foram registradas três abstenções. **VII) AÇÕES ESTADUAL E MUNICIPAL –**
393 **NAS – SECRETARIA E FETSUAS – 7.1) Ação Estadual -** O 3º Seminário Estadual
394 sobre Psicologia e Assistência Social em São Paulo, ocorrerá nos dias 20 e 21/03/2015,
395 na Universidade Paulista - UNIP (Campus Indianópolis), situado à Rua Dr. Bacelar,
396 1212 - Vila Clementino, São Paulo. Floriano Pesaro, Secretário de Desenvolvimento
397 Social do Estado de São Paulo – SEDS, participará dessa atividade. Será enviado
398 ofício aos gestores de todo o estado divulgando o seminário e solicitando que
399 contribuam viabilizando a liberação dos psicólogos para participarem dessa atividade.
400 Para o conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho, esse seminário é uma grande
401 ação, proporcional ao peso da política do SUAS. Dentre os objetivos desta gestão está
402 o de realizar mais conversas com os gestores públicos. Existe a possibilidade de abrir
403 uma audiência coletiva do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS e do Fórum de
404 Assistência Social da capital com o Floriano Pesaro. Ressaltou que a atual composição
405 e ações indicam um maior peso desta Secretaria no cenário estadual. **7.2) Ação**
406 **Municipal -** O CRP foi convidado pelo ESPASO - Espaço Público do Aprender Social
407 da Prefeitura Municipal de São Paulo para discutir ações de capacitação, relação entre
408 órgãos privados de São Paulo com o Centro de Referência da Assistência Social –
409 CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e gestão da
410 capital. Esse encontro ocorrerá dia 18 de março. **VIII) ATO UNIFICADO DIA**
411 **INTERNACIONAL DA MULHER -** Foi trazido por Maria Ermínia Ciliberti a organização
412 de movimentos para comemoração do Dia Internacional das Mulheres, em 8 de março,
413 em que já foram realizadas várias reuniões de discussão das bandeiras de lutas. O
414 próximo e último encontro será dia 05/03, quinta-feira, às 18h, na Casa do Professor da
415 Apeoesp situada à Rua Bento Freitas nº 71, Centro, São Paulo. O objetivo da reunião é



416 a organização de um grande ato no dia 08/03. Foi comentado por Sandra Elena Sposito
417 que os colaboradores da Subsede de Bauru estarão no Fórum de Gestores ampliado,
418 que ocorrerá dia 07/03/15, no Novotel Jaraguá. Consultará eles para saber se
419 concordam em participar do Ato no domingo. Sugere ainda levar faixa do CRP. Será
420 necessário estender o período de hospedagem dos mesmos. Não houve objeção a
421 isso. **Encaminhamento:** Devido à temática, a plenária encaminha consulta a Janaína
422 Leslão Garcia e Ilana Mountian sobre a disponibilidade de ambas ou uma das duas de
423 participarem da reunião de 05/03, bem como no ato do dia 08/03. Caso não possam, o
424 convite será estendido aos demais membros do plenário. O departamento de
425 comunicação entrará em contato com a organização na pessoa de Amelinha ou Raquel
426 Moreno para avisar que o CRP divulgará essa ação em seus meios de comunicação e
427 que estará presente no Ato Unificado do Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá
428 domingo, dia 08/03/2015, às 10h, na Av. Paulista, nº 900 (em frente ao Teatro Gazeta)
429 e perguntar se precisam de algum apoio. Além disso, acatou-se a proposta de produzir
430 faixa para levar no referido ato. Ademais, o Departamento de Eventos verificará a
431 possibilidade de alugar um boneco para ser levado à essa Marcha. Os presentes
432 consentem que seja trazido a debate nas próximas plenárias quais são as questões
433 prioritárias que o Núcleo Sexualidade e Gênero está trabalhando, uma vez que não se
434 conhece ações relativas ao gênero feminino. **IX) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
435 E NÚCLEOS – 9.1) Comissão de Ética** - Foram apresentados os nomes dos seguintes
436 psicólogos para auxiliarem na elaboração de parecer pela Comissão de Ética, na
437 condição de membros: Marcio Dionízio Inácio – CRP 06/61660 (mestre em Psicologia
438 Social pela USP, psicólogo do CREAS de Taboão da Serra. Tem grande experiência no
439 trabalho com MSE e relações com o território); Cecília Mitsue Harada Tsutsui – CRP
440 06/62876 (psicóloga pelo Mackenzie, é coordenadora de CRAS em Taboão da Serra e
441 atua em consultório); Paula Chieffi – CRP 06/72142 (doutoranda em Educação pela
442 USP, atua em consultório e em consultorias de educação). Como colaborador na
443 Comissão de Instrução inclui-se o psicólogo Danilo de Carvalho Silva – CRP 06/117403
444 (mestrando em Psicologia Social pela USP, atua com economia solidária). **9.2)
445 Comissão de Direitos Humanos** - Anunciou-se a saída da psicóloga Anelise Buzzi
446 Serpi – CRP 06/83666 da Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, sugeriu-se que
447 a psicóloga Maria Orlene Daré – CRP 06/3330 passe a ser co-coordenadora da
448 Comissão de Direitos Humanos. **9.3) Núcleo Psicologia do Esporte** - Para o Núcleo
449 de Psicologia do Esporte, foi indicada a psicóloga Marisa Markunas - CRP 06/56671
450 para ser membro, Carla Fátima di Pierro Fay - CRP 06/65399 para ser colaboradora e
451 Carla Cristina Ide – CRP 06/53997 deixa de ser membro e passa a ser colaboradora.
452 **9.4) Núcleo de Saúde** - Houve alteração na composição do Núcleo de Saúde: A
453 psicóloga Mariana Hasse – CRP 06/86759 e a colaboradora Samara Kielmann (não tem



454 CRP) deixam de compor o Núcleo. Passa a ser membro a psicóloga Gabriela Martins –
455 CRP 06/122284, que é da região de Ribeirão Preto. **9.5) Núcleo de Justiça** - No
456 Núcleo de Justiça foi incluída a psicóloga Ana Paula Hachich de Souza - CRP 74115
457 como membro. **9.6) Núcleo de Criança e Adolescente** - Houve troca de
458 representantes da região de Campinas no Núcleo de Criança e Adolescente.
459 Considerando a saída do membro Gustavo Trevisão Salciotto – CRP 06/114865, passa
460 a ser membro o psicólogo Daniel Brandão de Souza - CRP 06/53570. **9.6.1) Núcleo**
461 **Regional de Criança e Adolescente** - Fica instituído nesta plenária o Núcleo
462 Metropolitano de Criança e Adolescente, cujo único membro é a psicóloga Julia
463 Hatakeyama Joia – CRP 06/89621. **9.7) GT Documentos Escritos** - O Grupo de
464 trabalho que trata da Resolução CFP nº 07/2003 a qual dispõe sobre a elaboração de
465 documentos escritos, mediante o afastamento da conselheira Ana Paula Porto
466 Noronha, anunciado em outubro de 2014, passou a ser coordenado pela conselheira
467 Alacir Villa Valle Cruces. **9.8) SubNúcleo Psicologia e Povos Indígenas** - A
468 colaboradora Lucila de Jesus Mello Gonçalves – CRP 06/57671, a partir desta data,
469 passa a ser membro do SubNúcleo Psicologia e Povos Indígenas. **9.9) Núcleo de**
470 **Formação** – Inclui-se como membro o psicólogo Sérgio Luíz Ribeiro – CRP 06/38525.
471 Ele é da região de Bauru. **X) PONTOS NÃO DEBATIDOS QUE SERÃO**
472 **AUTOMATICAMENTE REMANEJADOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA:** Política de
473 saúde mental do CRPSP, Eleição no Conselho Estadual de Saúde – Histórico e
474 atualidade, Grupo Técnico Interdisciplinar (GTI) da Secretaria de Estado da Saúde de
475 São Paulo, CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente,
476 Fórum Popular de Saúde e Conselho Municipal de Política Urbana – C MPU, XI
477 Congresso Latino-americano de Psicoterapia / II Congresso Brasileiro da ABRAP (19 a
478 22 de agosto de 2015, São Paulo, SP); Encaminhamentos da APAF de dezembro de
479 2014, Participação do CRP SP na reunião sobre o Marco Regulatório das Comunidades
480 Terapêuticas e Desdobramentos reunião no CFP sobre Marco Regulatório e Oficina.
481 Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a
482 sessão, da qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz Fenerich, lavrei a presente
483 Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, vinte e oito
484 de fevereiro de dois mil e quinze.

Adriana Eiko Matsumoto

Bruno Simões Gonçalves



Aristeu Bertelli da Silva

Camila de Freitas Teodoro

Elisa Zaneratto Rosa

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Gabriela Gramkow

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Lívia Gonsalves Toledo

Janaína Leslão Garcia

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

José Agnaldo Gomes

Regiane Aparecida Piva

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Sandra Elena Sposito

Maria Ermínia Ciliberti

Sergio Augusto Garcia Junior

Marília Capponi

Silvio Yasui

Moacyr Miniussi Bertolino Neto